



**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Proposta de Projecto

Nome do Projecto:	Meninos de rua: inclusão e inserção 2ª fase
Submetido por:	Secretariado Executivo da CPLP e Portugal
Entidade Executora:	ACEP

Data de Apresentação	18/07/2011
-------------------------	------------

Processo n°	
-------------	--

(reservado ao Secretariado Executivo)

# I. ACCÇÃO

## 1. DESCRIÇÃO

### 1.1 DESIGNAÇÃO

---

#### **Título do projecto:**

Meninos de rua: inclusão e inserção (2ª Fase)

### 1.2 LOCALIZAÇÃO

---

#### **PAÍSES, REGIÃO/REGIÕES, LOCALIDADE(S)**

##### Países de concentração de actividades:

- Cabo-Verde: Praia
- Moçambique: Maputo
- Timo Leste: Dili

##### Países com actividades de seguimento da fase anterior:

- Angola: Huambo
- Guiné-Bissau: Bissau
- S. Tomé e Príncipe: S.Tomé
- Brasil: Salvador da Baía
- Portugal: Lisboa

### 1.3 CUSTO DO PROJECTO E MONTANTE SOLICITADO À CPLP

---

Montante total do Projecto	Montante disponibilizado pelo proponente	Montante solicitado ao Secretariado Executivo da CPLP
Em euros: <b>190.431 €</b>	Em euros: <b>47.608 €</b> (já proposto a outros financiadores)	Em euros: <b>142.823 €</b>

## 1.4 RESUMO

<b>Duração do projecto</b>	16 meses
<b>Objectivos do projecto</b>	<p><b>Global:</b> apoiar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ou exclusão e reforçar organizações que com eles trabalham</p> <p><b>Específico(s):</b> i) melhorar as condições de inserção das crianças e jovens, reforçando a auto-estima e auto-confiança, através da participação directa na sensibilização e na construção de instrumentos pedagógicos; ii) contribuir para uma consciência de co-responsabilização das sociedades na protecção das crianças e jovens; iii) reforçar as capacidades das ONG envolvidas; iv) favorecer redes informais de intercâmbio e divulgação de boas práticas.</p>
<b>Parceiro(s)</b>	ACRIDES (Cabo-Verde); Meninos de Moçambique (Moçambique); ONG Fórum Comunicações e Juventude (Timor-Leste); Okutiuka (Angola); AMIC (Guiné-Bissau); Fundação Novo Futuro (S. Tomé e Príncipe)
<b>Grupo(s)-alvo<sup>1</sup></b>	i) cerca de 500 crianças e jovens, nos 6 países, desinseridos das famílias ou das comunidades de origem, fazendo parte da sua vida na rua ou em centros de acolhimento; ii) cerca de 90 organizações da sociedade civil que intervêm na promoção do bem-estar de crianças e jovens, incluindo animadores e educadores; iii) cerca de 20 instituições públicas e estruturas governamentais que influenciam as formas de relacionamento da sociedade com as crianças e jovens em risco (comissões parlamentares, institutos de apoio à criança, autoridades policiais), iv) autoridades tradicionais e religiosas; v) cerca de 90 escolas, incluindo professores e alunos; vi) cerca de 60 jornalistas da imprensa escrita, rádios, incluindo rádios comunitárias e televisão; vii) famílias (pais e encarregados de educação)
<b>Beneficiários finais<sup>2</sup></b>	As crianças desinseridas das famílias nos 6 países envolvidos, em geral, bem como as organizações e instituições que com elas trabalham.
<b>Resultados esperados</b>	Instrumentos pedagógicos disponíveis e concebidos a partir dos directamente interessados; Sociedade e actores estatais e não-estatais mais sensibilizados; Reforçada a comunicação e trabalho em rede de actores-chave, estatais e não-estatais; Estreitadas as relações de cooperação e de parceria, em torno de acções concretas, entre organizações da sociedade civil dos oito países de língua oficial portuguesa.
<b>Principais actividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <u>Elaboração de um conjunto de instrumentos pedagógicos de informação, formação e sensibilização, com a participação das crianças e jovens:</u> Dinamização de ateliês de ilustração criativa e escrita na Praia, Maputo e Dili; Elaboração de um manual pedagógico sobre direitos das crianças; Elaboração de pequenos vídeos sobre direitos das crianças; Realização de actividades para crianças e jovens com recurso a formas de expressão artísticas.</li> <li>– <u>Realização de programa de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens:</u> Debates e workshops de formação, com professores, animadores, educadores, organizações da sociedade civil; Sessões de trabalho com autoridades do Estado, autoridades tradicionais e religiosas; Programa de comunicação sobre os direitos das crianças, feito com e para jornalistas; Fóruns de crianças e jovens.</li> <li>– <u>Reforço das organizações através da partilha de sistematização de experiência e do trabalho em rede:</u> Estudo sobre estratégias de trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade/ exclusão; Conferência final reunindo organizações de todos os países envolvidos na 1ª e na 2ª fase do projecto; Dinamização do Blogue Vozes de Nós.</li> </ul>

1 Os "grupos-alvo" são as entidades/grupos que beneficiarão de forma directa com a execução do projecto, em termos de finalidade do projecto.

2 São "beneficiários finais" as pessoas que beneficiarão do projecto a longo prazo, num dado sector ou na sociedade em geral.

## 1.5 OBJECTIVOS

---

**DESCREVA O OBJECTIVO GLOBAL PARA O QUAL O PROJECTO CONTRIBUI, BEM COMO OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PROJECTO A REALIZAR.**

**Objectivo global:** Melhorar as condições de inserção social e económica das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão, dando-lhes voz nas actividades de sensibilização que visam a co-responsabilização da sociedade e reforçando as organizações que com eles trabalham.

**Objectivos específicos:**

- Contribuir para reforçar a auto-estima e auto-confiança das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão, com a sua participação directa nos processos de sensibilização sobre os direitos das crianças/jovens e na construção de instrumentos pedagógicos adequados;
- Reforçar as capacidades humanas e institucionais das organizações da sociedade civil envolvidas no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/ exclusão;
- Contribuir para a criação de uma consciência de co-responsabilização de toda a sociedade relativamente à protecção das crianças e jovens e defesa dos seus direitos;
- Favorecer a criação/consolidação de redes informais de intercâmbio e disseminação de boas práticas no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão dentro de cada país e entre os países participantes no projecto.

## 1.6 JUSTIFICAÇÃO

---

### 1.6.1 ADEQUAÇÃO DO PROJECTO AOS OBJECTIVOS E PRIORIDADES DA CPLP

A Resolução sobre a Estratégia Geral da Cooperação da CPLP, aprovada na cimeira de Bissau, bem como o documento estratégico de cooperação na CPLP, “Por uma nova cooperação da CPLP – Uma visão estratégica da cooperação pós-Bissau”, aprovado no XIV Conselho de Ministros da CPLP, realizado na Praia, em Julho de 2009, assentam na necessidade de melhorar os índices de desenvolvimento humano, em harmonia com os ODM.

Tem expressa também uma orientação dupla: para além da promoção do desenvolvimento, pretende ao mesmo tempo promover a solidariedade entre os países membros, criando assim espaço para abordagens de cooperação solidária – e de solidariedade com os grupos mais vulneráveis - entre organizações da sociedade civil dos diversos países.

O documento citado “Por uma nova cooperação da CPLP – Uma visão estratégica da cooperação pós-Bissau” propõe aliás um conjunto de marcos, de cariz filosófico e técnico que, logo o segundo consiste em “Desenvolvimento, solidariedade, democracia e direitos humanos”.

O Programa Indicativo de Cooperação daCPLP (PIC) de médio prazo, atualmente em processo de reflexão tendo em mente a sua revisão, foi construído tendo como marco o prosseguimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pelo que inclui referências diversas ao acesso aos bens materiais e espirituais que garantam a satisfação das necessidades básicas das suas populações, em coerência nomeadamente com as Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza.

Especificamente, o PIC em vigor inclui, por exemplo, nas suas linhas de acção, a de “Contribuir para minimizar as barreiras económicas e sociais à escolarização e promover o acesso a material didático-pedagógico adequado, em particular nas zonas rurais”, (...) “sobretudo com o objectivo de

contextualizar o processo de reconhecimento da língua e de aprendizagem na realidade social e cultural das crianças”.

A “Resolução sobre a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil na CPLP” aprovada a 29 Março de 2011 em Luanda insta a reforçar este sector como área de cooperação.

### **1.6.2 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES MANIFESTAS E DOS OBSTÁCULOS NO(S) PAÍSES ABRANGIDOS OU NA REGIÃO/ EM REGIÕES ESPECÍFICA(S).**

A presente acção constituiu a segunda fase do projecto “Meninos de Rua: inclusão e inserção” que decorreu de Novembro de 2009 a Maio de 2011 em três países: Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, visando responder às necessidades das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão bem como das organizações locais que intervêm na promoção do seu desenvolvimento.

Partindo de um diagnóstico de necessidades comuns transversais aos três contextos: i) grande número de crianças em situação de vulnerabilidade e exclusão; ii) dificuldades no acesso a informação, formação e intercâmbios, por parte das ONG locais, que lhes permitam desenvolver iniciativas inovadoras; iii) défice de recursos das ONG locais, incluindo infra-estruturas físicas para a implementação de actividades com as crianças e jovens; iv) défice de materiais pedagógicos para sensibilização sobre direitos das crianças; durante a primeira fase do projecto, desenvolveram-se actividades no sentido de reforçar as capacidades de intervenção de ONG que trabalham com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão nesses 3 países (Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe), tais como: melhoramento dos espaços físicos para actividades de educação/formação, realização de um intercâmbio de experiências no domínio da intervenção com crianças de/na rua, em Salvador da Baía no Brasil, produção de um manual pedagógico sobre direitos das crianças, realização de acções de sensibilização e diálogo junto de autoridades do Estado e tradicionais, entre outras.

Nesta 2ª fase, optou-se por incluir os países e organizações participantes na fase anterior, mesmo que com actividades e recursos limitados, considerando que constitui uma mais-valia quer para estes quer para os novos países e organizações participantes. Tal parceria alargada potencia benefícios mútuos decorrentes da partilha de experiências e cria um ambiente propício à viabilização de um trabalho em rede no quadro da CPLP.

Por outro lado, para além das acções concretas que irão decorrer em Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste, irão também participar activamente Portugal e Brasil, nomeadamente na conferência final (act.3.2) e na dinamização do blogue (act.3.3).

Finalmente, a Conferência final irá ser um espaço de diálogo e partilha de experiência entre responsáveis das organizações da sociedade civil envolvidos no trabalho quotidiano nestes domínios e também de instituições dos Estados especializadas.

Assim, o projecto constitui-se como um espaço de intercâmbio de boas práticas no domínio do apoio às crianças e jovens em situações de vulnerabilidade/ exclusão e uma experiência pioneira de articulação nesta área entre países de contextos e culturas distintos que possuem uma língua comum, podendo ser um contributo para as políticas sectoriais da CPLP.

Na segunda fase do projecto, pretende-se::

- em primeiro lugar, alargar a intervenção replicando boas práticas nos países da CPLP que não foram abrangidos na primeira fase, designadamente Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste,
- por outro lado, consolidar a intervenção de sensibilização nos países já envolvidos,
- por último, reforçar redes informais de colaboração e intercâmbio entre organizações e instituições no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/ exclusão dos países da CPLP.

De facto, sistemas tradicionais de apoio enfraquecidos, situações de ruptura familiar e migração para as cidades decorrentes dos impactos de conflitos armados, situações socioeconómicas estranguladas e aumento dos níveis de pobreza, entre outros factores, levaram a um aumento de crianças de/na rua nas cidades de Bissau, Huambo, S. Tomé, Praia, Maputo e Díli.

Apesar de contextos diferentes Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste partilham preocupações e dificuldades semelhantes na inserção socioeconómica e integração familiar e comunitária destas crianças.

Em cada um destes contextos, diferentes respostas têm sido testadas, que tentam apoiar as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão em termos de assistência médica e medicamentosa, alimentar, apoio social, educativo, cultural, reintegração familiar, etc., no sentido do seu desenvolvimento e da sua integração social.

Contudo, as organizações locais dispõem de escassos recursos (humanos, financeiros, materiais, pedagógicos,...), insuficientes para fazer face às necessidades de apoio com que se confrontam. Por outro lado, as oportunidades de intercâmbios e trocas de boas práticas, que facilitam a inovação e o reforço institucional, são também elas escassas.

Analisando cada contexto em concreto:

Em **Angola**, as profundas transformações sociais e económicas dos últimos anos têm estado associadas a movimentos populacionais em direcção aos grandes centros urbanos, o que contribui para enfraquecer e debilitar as estruturas sociais e familiares tradicionais e o seu papel no desenvolvimento das crianças e jovens. Esta situação, que é evidente no meio rural e também no meio urbano, expõe as crianças e jovens dos agregados familiares mais pobres a situações de vulnerabilidade e risco de exclusão (abandono escolar, dificuldades no acesso a alimentação e a cuidados de saúde, nomeadamente), com impactos negativos no seu bem-estar físico, emocional e cognitivo. Por outro lado, verificam-se ainda situações de ruptura familiar e social, decorrentes dos impactos do conflito armado – crianças órfãs, mutiladas, isoladas – que têm muitas dificuldades em aceder plenamente aos recursos essenciais e em integrar-se na família e na sociedade.

Neste contexto, foram sendo criadas uma série de estruturas de apoio, tanto governamentais como da sociedade civil, para que maior atenção seja dada a este grupo de crianças e adolescentes. Todavia, as organizações que actuam a este nível evidenciam também necessidades de acesso a meios, recursos, instrumentos técnicos e parcerias que lhes permitam actuar de modo integrado e com abordagens inovadoras no processo de desenvolvimento e inserção social das crianças e jovens.

Na **Guiné-Bissau**, um país afectado por crises ao longo dos últimos anos, incluindo um conflito militar, as crianças constituem um grupo em situação de grande vulnerabilidade não dispondo de garantias de acesso regular à saúde ou à educação, estando expostas a situações de risco e vulnerabilidade como o tráfico e formas diversas de exploração.

Também na Guiné-Bissau os fenómenos migratórios colocam problemas adicionais aos sistemas tradicionais de apoio, deixando crianças e jovens em grande vulnerabilidade. Os fenómenos da exploração das crianças, tráficos e abusos diversos têm crescido no quadro de uma situação socioeconómica muito difícil. Por exemplo, em anos recentes tem-se agravado o fenómeno do tráfico para países vizinhos, de crianças cujas famílias as enviam para estudos religiosos muitas vezes sem condições de segurança para as crianças. Não existe qualquer garantia relativamente às condições de vida dessas crianças, que acabam a mendigar nas grandes cidades registando quadros de desequilíbrio psicológico e afectivo, com riscos de marginalidade. Especificamente em relação às raparigas, reforça-se a tendência de limitar os horizontes da sua realização pessoal aos trabalhos domésticos e ao matrimónio, com um crescimento dos casamentos precoces. Num contexto de grande escassez de

recursos económicos e de instabilidade, as organizações que actuam na integração social de crianças em situação de vulnerabilidade e exclusão evidenciam necessidades ao nível dos recursos, competências e parcerias que lhes permitam reforçar as suas acções de promoção do desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos jovens e crianças.

Em **S. Tomé e Príncipe** mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza e a pobreza extrema afecta quase 20 por cento da população geral. Esta situação reflecte-se nas condições de vida das crianças e jovens do país, na medida em que cresce a pressão sobre as famílias e comunidades e enfraquece os sistemas tradicionais de apoio. A ausência de alicerces e a falta de perspectivas socioeconómicas provoca o surgimento de fenómenos de exclusão e de risco para crianças e jovens entre os quais o abandono escolar, a mendicidade, e a exploração infantil. Actualmente desconhece-se os números reais de órfãos, nomeadamente órfãos de sida, porém não se pode ignorar esse aspecto. De acordo com os últimos dados estatísticos que remontam a 2001, as crianças órfãs constituem 5,2 por cento da população de menores de 18 anos.

Neste quadro, têm sido promovidas acções de apoio à educação, saúde e alimentação das crianças, designadamente por organizações da sociedade civil. Todavia também em S. Tomé e Príncipe estas organizações evidenciam lacunas que limitam o potencial e a abrangência das suas intervenções.

**Cabo-Verde:** A evolução positiva dos indicadores macroeconómicos e sociais nas últimas décadas levaram a que, em 2008, Cabo-Verde fosse retirado da lista dos Países Menos Avançados, passando a integrar o grupo dos Países de Rendimento Médio. No domínio da Educação e da Protecção, apesar de ter obtido progressos significativos na taxa de mortalidade infantil e na escolarização, de ter adoptado mecanismos jurídicos específicos visando a promoção e a protecção do bem-estar das crianças e dos adolescentes, ainda há muito para fazer na redução do número de crianças de rua e na diminuição dos casos de abandono e maus tratos, por exemplo.

De acordo com as estimativas da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres, o país conta com mais de 9 mil crianças trabalhadoras (agricultura, venda, turismo,...), uma situação que aponta dever-se a uma taxa elevada de pobreza. Por outro lado, segundo o Instituto da Criança e da Mulher, o número de crianças abandonadas, de abusos sexuais e de crianças na rua, em situação de abandono escolar tem aumentado.

De acordo com o Questionário Unificados de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo-Verde em 2007, o índice de pobreza geral situa-se em 26,6% (tendo caído 10% entre 2001 e 2007). O êxodo rural é apontado como factor agravante da pobreza no meio urbano, particularmente na capital, onde a taxa de pobreza ronda os 12%. Apesar de se ter verificado um crescimento económico na última década, este foi acompanhado por um aumento das desigualdades sociais na repartição da riqueza, numa “lógica de consolidação e aumento de exclusão social de grupos desfavorecidos socioeconomicamente, criando na sociedade situações de desequilíbrios propensos ao aumento de tensões e de degradação da qualidade de vida de consideráveis parcelas da população, o que agrava significativamente a vulnerabilidade das crianças e adolescentes situadas nos segmentos mais empobrecidos.” (*A Vulnerabilidade das Crianças em Cabo Verde*)

Assim, a precariedade socioeconómica que toca uma parte considerável da população – com particular incidência nas famílias chefiadas por mulheres – empurra muitas famílias para estratégias de sobrevivência, levando muitas crianças a abandonar a escola, a trabalhar desde cedo ou a viver na rua. Também o *Diagnóstico da Situação de Vulnerabilidade das Crianças em Situação de Rua face às IST/VIH/SIDA*, de 2005, aponta para uma correlação entre o abandono da escola, o trabalho infantil e a situação de rua.

Outro factor apontado pelo *Diagnóstico da Situação de Vulnerabilidade das Crianças em Situação de Rua face às IST/VIH/SIDA* como explicativo do fenómeno de crianças e adolescentes em situação de

rua é o “fenómeno crescente da irresponsabilidade masculina por sua prole. (...) No novo agenciamento da identidade masculina, a construção da virilidade está livre da injunção ao cuidado da procriação e ao projecto de constituição de família.”

Neste contexto, a sociedade civil sido bastante dinâmica na protecção dos direitos das crianças bem como na promoção da melhoria das condições de vida, em particular das crianças em situação de vulnerabilidade ou em risco, como são as crianças órfãs (órfãos do SIDA), semi-abandonadas ou vítimas de negligência, em situação de abandono escolar, etc. São geralmente crianças que vivem com as famílias, mas que não recebem destas os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

**Mocambique:** Apesar de melhorias visíveis em indicadores de desenvolvimento da criança (reduções da taxa de mortalidade infantil, aumento das matrículas no ensino primário,..) nos últimos anos, a maior parte das crianças ainda vivem na pobreza, estando expostas a diversos riscos como: risco de tráfico, de trabalhar em condições de exploração, de serem sujeitas à violência, abuso e negligência, de passar a viver na rua, etc.

De acordo com o *Relatório da Sociedade Civil sobre a Implementação da Convenção dos Direitos da Criança*, de 2009, o fenómeno da criança na rua tem crescido. Deve-se esta situação a uma pluralidade de factores, entre os quais:

- fluxo de populações do campo para a cidade, nos anos da guerra, em busca de segurança e melhores condições de vida levou a um rápido aumento da população urbana; contudo as cidades não tiveram capacidade de resposta em termos de acolhimento (infra-estruturas físicas e sociais, emprego), acentuando a pobreza urbana
- impacto da SIDA: para além da perda dos seus pais, cada vez mais crianças estão, elas próprias, com VIH/SIDA (em 2006, estimativas apontavam para cerca de 1,6 milhões crianças órfãs com menos de 18 anos, das quais 380.000 ficaram órfãs devido à morte dos pais de SIDA)
- enfraquecimento ou desagregação das estruturas familiares e comunitárias, aumento de famílias monoparentais; de acordo com um estudo realizado pela ONG Meninos de Moçambique em 2006, cerca de metade das crianças que vivem na rua provem de uma família monoparental, em que o pai ou a mãe faleceu, situação que provocou uma desestruturação familiar e dificuldades económicas acrescidas.

A exploração económica da criança no seio da sua própria família é outro dos factores apontados pelas organizações que trabalham na defesa dos direitos das crianças: o recurso da mão-de-obra infantil como fonte de sobrevivência da família, vendendo alguns produtos na rua ou mesmo pedindo esmola a mando dos seus familiares, são outras situações que podem estar na origem do fenómeno da criança da rua.

A rua é vista muitas vezes como um lugar onde buscar melhores condições de vida ou que permite fugir dos maus tratos a que estão sujeitos nas suas casas; associada ao fenómeno da criança de rua está a insatisfação de necessidades de índoles diferentes (alimentos, educação, saúde, afecto,...).

O quotidiano das crianças que vivem na rua em Maputo leva a situações de trabalho infantil e conflitos de menores com a lei.

**Timor-Leste** é uma democracia jovem que conseguiu dar passos significativos em termos de desenvolvimento em menos de uma década, ocupando hoje o 120º lugar em 169 países no Índice de Desenvolvimento Humano (em 2002, o IDH era de 0.375, enquanto que, em 2010, o indicador passa a ser de 0.502). Na década que passou, as instituições timorenses fortaleceram-se e a educação foi uma das áreas prioritárias de intervenção do governo.

Contudo, 37% da população ainda vive abaixo do limiar de pobreza, afectando de forma mais severa as crianças e jovens. A taxa de mortalidade infantil é muito elevada (93/1000), e o Comité dos Direitos da Criança, no relatório da sua 1313ª sessão decorrida em Fevereiro 2008, diz-se preocupado com a situação em termos de malnutrição infantil, que torna as crianças particularmente vulneráveis a



doenças.

Muitas crianças não vão à escola, tendo que contribuir para o sustento familiar (venda nos mercados ou na rua, buscar lenha ao mato,...). E muitas vivem na rua, órfãs ou perdidas dos pais (centenas de crianças viram-se separadas das suas famílias durante as deslocações forçadas de 1999). Na rua, desenvolvem várias estratégias de sobrevivência (lavam carros, pedem comida ou roupa,...), ficando também expostas a abusos e maus-tratos.

Organizações da sociedade civil, com o apoio da UNICEF e de outros doadores internacionais, têm desenvolvido trabalho junto destas crianças e jovens de/ na rua, um grupo particularmente vulnerável devido à sua desinserção familiar e comunitária.

De ressaltar que o trabalho nos **países da fase anterior** (Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe) será essencialmente de seguimento, no sentido de reforçar as condições de apropriação das técnicas e abordagens inovadoras, quer no trabalho com as crianças e jovens, quer no relacionamento com os diferentes segmentos da sociedade (autoridades estatais, tradicionais e religiosas; sociedade civil; comunicação social), desenvolvidas durante a primeira fase do projecto (Nov.2009-Maio2011).

Nos **países que integram agora o projecto** (Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste), desenvolver-se-á todo o processo desde o início – desde a elaboração de instrumentos pedagógicos e de sensibilização até ao trabalho de sensibilização propriamente dito com públicos multiplicadores e com a participação directa das crianças e jovens e o recurso a expressões artísticas (desenho, ilustração, vídeo, teatro...) – processo facilitador da incorporação no trabalho quotidiano das organizações de metodologias e abordagens inovadoras e localmente adaptadas.

### **1.6.3 DESCRIÇÃO DO(S) GRUPO(S)-ALVO E DOS BENEFICIÁRIOS FINAIS INCLUINDO UMA ESTIMATIVA DO NÚMERO.**

Na sua globalidade o projecto vai ter como **grupos-alvo:**

- cerca de 250 crianças e jovens, nas cidades de Dili, Maputo e Praia, em risco, nomeadamente desinseridos das famílias ou das comunidades de origem, fazendo parte da sua vida na rua ou em centros de acolhimento
- cerca de 250 jovens, nas cidades de Bissau, Huambo e S. Tomé, em risco, nomeadamente desinseridos das famílias ou das comunidades de origem e que recebem apoio da AMIC, Okutiuka e Fundação Novo Futuro
- cerca de 90 organizações da sociedade civil que intervêm na promoção do bem-estar de crianças e jovens, incluindo animadores e educadores
- cerca de 20 instituições públicas e estruturas governamentais que influenciam as formas de relacionamento da sociedade com as crianças e jovens em risco (comissões parlamentares, institutos de apoio à criança, autoridades policiais,...)
- autoridades tradicionais e religiosas
- cerca de 90 escolas, incluindo professores e alunos
- cerca de 60 jornalistas da imprensa escrita, rádios, incluindo rádios comunitárias e televisão
- famílias (pais e encarregados de educação)

#### **Nos países de concentração de actividades nesta 2ª fase:**

- Em **Cabo-Verde:** o projecto irá envolver cerca 100 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 7 e 16 anos, de ambos os sexos, nas diversas actividades previstas. A ACRIDES – Associação Crianças Desfavorecidas apoia diariamente cerca de 128 crianças desprotegidas (órfãs, semi-abandonadas, em situação de abandono escolar – dos quais 2/3 são rapazes), através de

acompanhamento psicossocial, acompanhamento nos estudos, atendimento na saúde, apoio em medicamentos, actividades lúdico-pedagógicas, etc.

- Em **Moçambique**: o projecto irá envolver cerca 100 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 7 e 20 anos, de ambos os sexos, entre as mais de 3600 crianças beneficiárias directas da ONG Meninos de Moçambique (MDM), das quais uma grande proporção são rapazes (destas 300 vivem na rua e recebem a visita diária dos educadores da MDM e 3300 frequentam o Centro de Acolhimento Aberto onde beneficiam de apoio psicológico, primeiros socorros, actividades educativas e recreativas, higiene, etc.).

- Em **Timor-Leste**: o projecto irá envolver cerca 50 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 5 e 18 anos, de ambos os sexos. O Fórum Comunicações e Juventude (FCJ) gere um Centro de Acolhimento Temporário que acolhe cerca de 40 raparigas e rapazes em risco; no Centro desenvolvem actividades de educação não formal que são também frequentadas por crianças e jovens que vivem na rua. Em 2011, FCJ vai desenvolver um “centro de aprendizagem móvel” estando previsto que uma equipa de animadores se desloque aos locais da cidade onde as crianças de rua trabalham e vivem.

### **Nos países com actividades de seguimento da fase anterior:**

Para além das crianças apoiadas directamente pela Okutiuka, AMIC e Fundação Novo Futuro e com as quais estas organizações darão continuidade a actividades de educação não formal com recurso a expressões artísticas, os grupos-alvo são essencialmente:

- Em **Angola**: instituições diversas associadas à promoção da integração social de crianças e jovens em situação de exclusão, mais especificamente: a) organizações da sociedade civil envolvidas na protecção das crianças, b) instituições públicas, c) pais, educadores, d) professores, e) jornalistas, f) autoridades locais e tradicionais.

- Na **Guiné-Bissau**: a) estruturas governamentais associadas à criação de um ambiente favorável a melhoria da situação das crianças de rua, b) grupos sociais com acção na prevenção e intervenção ao nível do tráfico de crianças (autoridades de controlo das migrações e das fronteiras; autoridades administrativas locais, autoridades tradicionais e religiosas; pais, educadores, professores, mestres corânicos); c) organizações diversas da sociedade civil envolvidas na protecção dos direitos das crianças e no diálogo inter-religioso; d) dada a importância das rádios comunitárias no país, um grupo alvo específico será constituído pelas cerca de 24 rádios comunitárias existentes por todo o país.

- Em **S. Tomé e Príncipe**: a) as organizações que intervêm na promoção do bem-estar de crianças e jovens; b) instituições publicas que intervêm nas áreas do apoio à infância; c) professores, animadores, educadores e técnicos sociais, d) pais e famílias.

### **Os beneficiários finais são:**

- as crianças e jovens em risco, nomeadamente desinseridos das famílias ou das comunidades de origem, nos países envolvidos no projecto
- as organizações especificamente vocacionadas para o apoio a estes grupos
- instituições de áreas diversas dos estados, confissões religiosas ou outras, que com eles lidam.

#### **1.6.4 JUSTIFICAÇÃO DA SELECÇÃO DO(S) GRUPO(S)-ALVO E DOS BENEFICIÁRIOS FINAIS E CONTRIBUTO DO PROJECTO PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DO(S) GRUPO(S)-ALVO E DOS BENEFICIÁRIOS FINAIS.**

Os **grupos-alvo** foram seleccionados tendo em conta, por um lado, o seu papel na promoção do bem-estar de crianças e jovens e a sua capacidade de influenciar as formas de relacionamento da sociedade com as crianças e jovens em risco, por outro, o seu potencial multiplicador (professores, jornalistas), podendo dar a conhecer os resultados do projecto a públicos mais alargados.

Os **beneficiários finais** (crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/ exclusão ou em risco) são grupos com especiais características de vulnerabilidade e especiais necessidades de atendimento, no âmbito das intervenções de luta contra a pobreza.

As organizações que com eles lidam necessitam também de um acesso a novas formas e metodologias de trabalho, já que trabalham com recurso a voluntariado, muitas vezes sem acesso a formação específica e em situações de precariedade.

O projecto irá assim criar espaços de satisfação de algumas necessidades identificadas, em particular as que têm a ver com a auto-estima e auto-confiança como factores de inserção social.

Finalmente, o projecto irá permitir uma abordagem ao reforço de organizações que tem demonstrado ser muitíssimo eficaz, que consiste na aprendizagem em intercâmbio, confrontando a sua experiência com a experiência de outros.

#### **1.7 RESULTADOS ESPERADOS**

---

No final do projecto prevêem-se os seguintes resultados:

- uma melhor inserção social de crianças e jovens, com o reforço da sua auto-estima e a potencialização das suas capacidades
- instrumentos pedagógicos produzidos com a participação directa das crianças e jovens e utilizados em actividades de sensibilização
- sociedade em geral mais sensibilizada, bem como os actores estatais e não-estatais na área da protecção à infância;
- reforçada a comunicação e trabalho em rede de actores-chave, estatais e não-estatais;
- reforçado o conhecimento de estratégias, exemplos de boas práticas e recursos existentes;
- organizações parceiras reforçadas com: maior auto-confiança, criatividade e capacidade de inovação no quadro de uma parceria horizontal; aprendizagens fruto de experimentação, confronto de experiências, sistematização do conhecimento; uma melhor compreensão do trabalho social em parceria transnacional (Norte/Sul/Sul/Norte)
- estreitadas as relações de cooperação e de parceria, em torno de acções concretas, entre organizações da sociedade civil dos oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

O projecto está estruturado num conjunto de actividades comuns à Guiné-Bissau, S. Tomé e Angola, mas que irão decorrer em cada país individualmente, de acordo com o percurso, as especificidades em termos de problemáticas e as experiencias existentes em cada país.

No entanto, a partilha de experiência entre países no âmbito de um projecto comum com uma abordagem CPLP permitirá: a) criar sinergias entre os países e as organizações, não só dos três países em que se centram as actividades, mas também do Brasil e de Portugal, valorizando o papel do intercâmbio formativo b) criar uma certa “distância” relativamente ao peso subjectivo de cada situação específica e confrontá-la com outras experiencias externas a decorrer em paralelo, c) pôr em contacto crianças e realidades diferentes e problemas que têm bastantes elementos comuns; d) promover uma gestão mais eficiente dos recursos do que se se tratasse de três projectos autónomos.

Por outro lado, as actividades estão estruturadas no sentido de reforçar algumas actividades de apoio a crianças e jovens, já desenvolvidas pelos parceiros em Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, a par de outras de carácter inovador como o acesso à ciência e a educação pela arte como instrumentos de integração e promoção social. Pretende-se assim, que os grupos-alvo possam aceder a recursos, saberes e competências que favoreçam o seu desenvolvimento integral e autonomia que, no longo prazo, terão reflexos positivos nas suas famílias, comunidades e países.

### **Actividades:**

#### **Actividade 1 - Elaboração de um conjunto de instrumentos de informação, formação e sensibilização, nomeadamente com a participação das crianças e jovens**

Pretende-se, por um lado, desenvolver um conjunto de capacidades fundamentais das crianças e jovens através de estratégias educativas baseadas na criatividade e em expressões artísticas, por outro, conceber instrumentos pedagógicos que serão posteriormente utilizados para a sensibilização de actores chave no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/risco.

Este tipo de abordagem educativa tem vindo a ser desenvolvida em diversos contextos pedagógicos, permitindo o desenvolvimento de um conjunto de competências ao nível do desenvolvimento pessoal (reforço de auto-estima, criatividade, auto-confiança), social (trabalho em grupo, relações de cooperação, sentimento de pertença) físico (destreza física, coordenação) e da linguagem (reforço do vocabulário e da capacidade de expressão escrita e verbal).

O desenvolvimento deste tipo de competências é fundamental no processo de crescimento de todas as crianças e jovens, tornando-se ainda mais relevante em contextos onde as famílias se encontram separadas e em crise, após longos períodos de conflitos e onde as oportunidades de acesso a este tipo de actividades são diminutas. Por outro lado, a disseminação e divulgação do trabalho das crianças e jovens, devidamente acompanhados, constitui uma estratégia fundamental de sensibilização junto das diversas entidades e opinião pública em geral para os problemas das crianças. Estes trabalhos servem igualmente de suporte pedagógico para educadores, professores, animadores, e outros profissionais do sector.

Esta Actividade é composta pelas seguintes sub-actividades:

**A.1.1 – Dinamização de ateliês de ilustração criativa e escrita**, na Praia, em Maputo e em Dili, por um ilustrador profissional conhecer dos contextos destas três cidades (e que colaborou na 1ª fase do projecto dinamizando este tipo de actividade em Bissau, S. Tomé e Huambo).

**A.1.2 - Elaboração de um manual pedagógico sobre direitos das crianças,** com base nos ateliês concebido pelas crianças e jovens. Servirá como recurso informativo e pedagógico para utilização em acções de sensibilização de públicos estratégicos (ver actividade 2). Actividade a ser desenvolvida em Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste.

**A.1.3 - Elaboração de pequenos vídeos e/ou exposições fotográficas sobre direitos das crianças,** concebidos pelas próprias crianças e jovens, com apoio de um monitor/animador. Servirão como recurso pedagógico para utilização em acções de sensibilização de públicos estratégicos (ver actividade 2). Actividade a ser desenvolvida nos países em que for possível reunir condições locais para tal.

**A.1.4 - Elaboração de manual básico sobre direitos das crianças,** adaptado a cada um dos contextos, e fazendo o levantamento da legislação nacional e internacional aplicável, à semelhança do manual concebido para a Guiné-Bissau na 1ª fase do projecto. Será editado em formato digital, facilitando a sua actualização sempre que necessário. Servirá como recurso informativo para utilização em acções de sensibilização com públicos estratégicos. Actividade a ser realizada em Angola, Cabo-Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

**A.1.5 - Realização de actividades orientadas para o desenvolvimento psico-motor e cognitivo, a auto-confiança e a auto-estima das crianças e jovens através do recurso a formas de expressão artísticas.** Estas actividades serão dinamizadas de modo específico nos diversos países, podendo incluir ateliês em áreas como desenho, pintura, trabalhos artesanais, clube de histórias, culinária, moda africana, aprendizagem sobre direitos, consciencialização sobre temas como meio ambiente, VIH/SIDA, etc. Estas estratégias pedagógicas estão associadas ao desenvolvimento de competências-chave ao nível do raciocínio, criatividade, auto-estima e auto-confiança, favorecedoras de um melhor desempenho escolar, social e emocional de crianças e jovens. Actividade a ser desenvolvida em todos os países.

## **Actividade 2 - Realização de programa de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens**

Esta actividade tem como principal objectivo informar e sensibilizar os agentes sociais para a integração social das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão. Esta actividade pretende promover uma maior atenção em relação ao apoio ao desenvolvimento integral das crianças no quadro das estratégias de luta contra a pobreza. As sub-actividades dirigem-se a uma diversidade de públicos, com um papel fundamental na intervenção social com as crianças, na sua reabilitação e inserção social e económica.

Mais especificamente, as sub-actividades incluem:

**A.2.1 - Realização de um programa de debates e workshops de formação,** com professores, animadores, educadores, organizações da sociedade civil, na utilização dos instrumentos pedagógicos produzidos e sobre estratégias de desenvolvimento e integração social de crianças e jovens através da arte. Actividade a ser desenvolvida em todos os países.

**A.2.2 - Realização de sessões de trabalho com autoridades do Estado, autoridades tradicionais e religiosas,** incluindo instituições governamentais, comissões parlamentares, autoridades policiais, etc., que possam conduzir a propostas concretas de melhorias na protecção à criança. Actividade a ser desenvolvida em todos os países.

**A.2.3 - Realização de um programa de comunicação sobre os direitos das crianças,** feito com e para jornalistas, e também com recurso a formas de animação cultural para a sociedade em geral. Visa, por um lado, sensibilizar a comunicação social para o papel fundamental que pode desempenhar na

sensibilização e conscientização da sociedade sobre os seus direitos das crianças, por outro, a sensibilizar a sociedade em geral para o desenvolvimento social, afectivo e cognitivo das crianças. Actividade a ser desenvolvida em todos os países.

**A.2.4 – Realização de fóruns**, que juntem crianças e jovens de vários quadrantes para troca de experiências entre elas ou para discutirem assuntos do seu interesse. Esta actividade irá contribuir para o desenvolvimento de competências diversas como expressão oral, tomada de decisão, participação bem como para o fortalecimento da auto-confiança das crianças e jovens participantes. A frequência dos fóruns poderá variar de país para país. Os debates que terão lugar nos fóruns poderão contribuir para alimentar as sub-actividades 2.1, 2.2 e 2.3. Actividade a ser desenvolvida em todos os países.

### **Actividade 3 - Reforço das organizações através da partilha de sistematização de experiência e do trabalho em rede**

No âmbito desta actividade, pretende-se essencialmente, reforçar as capacidades de intervenção das organizações que trabalham no sector da infância e juventude, permitindo-lhes aceder a ferramentas e experiências de outros intervenientes na área, a informação e a formação.

**A.3.1 - Realização de um estudo sobre estratégias de trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade/ exclusão** que permita sistematizar o conhecimento, identificar pontos fortes e dificuldades na intervenção e divulgar as experiências e boas práticas. Será realizado em Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste, por um sociólogo com experiência de trabalho comprovada nesta área e conhecedor da realidade de diversos países africanos. Este estudo será editado em formato digital e distribuído a outras organizações do sector favorecendo por esta via a disseminação de boas práticas. Actividade a ser desenvolvida em Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste.

**A.3.2. - Realização de uma conferência final**, com as organizações de todos os países envolvidos na 1ª e na 2ª fase do projecto, incluindo Portugal e Brasil. A conferência irá decorrer no fim do projecto e irá permitir, por um lado, fazer o balanço do trabalho conjunto realizado ao longo dos 36 meses, por outro, constitui um espaço de intercâmbio e partilha de boas práticas no apoio a crianças excluídas e em risco nos países da CPLP.

Serão mobilizados em cada país recursos no sentido de possibilitar a participação de pelo menos um/a criança/jovem beneficiário de cada contexto. Procurar-se-á também envolver, em cada país, as entidades governamentais que tutelam a área da infância e juventude com vista à sua participação activa na conferência.

Prevê-se a realização da conferência na Guiné-Bissau, e espera-se a participação de todos os grupos-alvo, nomeadamente: representantes de organizações da sociedade civil, de autoridades locais, tradicionais, religiosas, professores, jornalistas, parlamentares e famílias.

Optou-se por organizar a Conferência num país da 1ª fase, onde as actividades já estão mais consolidadas. Dos três países da fase anterior, optou-se pela Guiné-Bissau devido à logística ser mais fácil e menos onerosa.

**A.3.3 – Dinamização do Blogue Vozes de Nós** (<http://vozes-de-nos.blogspot.com>), como instrumento de ligação entre as organizações parceiras e de expressão do trabalho em rede. O blogue, iniciado na 1ª fase do projecto, continuará a manter o formato de um diário de bordo e será alimentado por todas as organizações envolvidas no projecto.

## 1.9 METODOLOGIA

---

### 1.9.1 MÉTODOS DE EXECUÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA METODOLOGIA PROPOSTA.

A abordagem metodológica escolhida deriva da necessidade de garantir uma adequação e apropriação, por um lado, e uma abordagem integrada da vida dos beneficiários, pelo que inclui:

- a participação directa das crianças e jovens na realização dos instrumentos pedagógicos e das actividades de formação, informação e sensibilização
- o recurso a expressões artísticas que potenciem as capacidades o desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais e sociais, nomeadamente auto-confiança, trabalho em grupo, relações de cooperação, etc.

O projecto inclui também uma abordagem metodológica que pretende ter como resultado o reforço das organizações parceiras, através de:

- uma distribuição de responsabilidades internas ao projecto que apela à auto-confiança, à criatividade, à inovação no quadro de uma parceria horizontal
- aprendizagens fruto de experimentação, confronto de experiências, sistematização do conhecimento
- dinamização de espaços de intercâmbio e partilha de boas práticas no apoio a crianças excluídas e em risco nos países da CPLP e reforço de parcerias Sul/Sul

Finalmente, a escolha da metodologia justifica-se pela preocupação de garantir resultados e impactos alargados a outros grupos e à sociedade em geral.

### 1.9.2 SE O PROJECTO PROPOSTO DER CONTINUIDADE A UMA ACÇÃO ANTERIOR, DESCREVER DE QUE FORMA A ACÇÃO PROPOSTA APROVEITARÁ OS RESULTADOS DESSA ACÇÃO ANTERIOR.

A presente proposta é a segunda fase de um projecto apoiado pela cplp que teve início em novembro de 2009 e termo em maio de 2011, e que envolveu ong de angola, guiné-bissau e s. tomé e príncipe.

Esta proposta vem dar continuidade ao primeiro projecto, aproveitando a experiência adquirida e os resultados alcançados nesses 3 países e replicando boas práticas noutros contextos, por um lado, e procurando aprofundar a sensibilização em torno dos direitos das crianças junto de grupos-alvo multiplicadores, por outro.

Assim, o projecto actual irá:

- em Cabo-Verde, Moçambique e Timor-Leste, reproduzindo abordagens testadas na fase anterior do projecto, designadamente: dinamização de ateliês criativos de ilustração, produção de um manual pedagógico sobre direitos das crianças apropriado a estes 3 contextos, elaboração de um estudo comparativo sobre modelos de intervenção nestes 3 países. para além destas actividades, outras surgiram durante a elaboração desta 2ª fase do projecto, nomeadamente a produção de pequenos vídeos sobre direitos das crianças por elas próprias e a dinamização de fóruns de crianças e jovens para discutirem assuntos que lhes dizem respeito, que poderão de alguma forma servir também como “conselho consultivo” do projecto.

- em Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, o enfoque será essencialmente posto na continuidade de acções de sensibilização sobre os direitos das crianças junto de públicos específicos (professores, organizações da sociedade civil, parlamentares, autoridades do estado e autoridades tradicionais, jornalistas) com base nos instrumentos produzidos na primeira fase (livro “Vozes de Nós”, estudo “Engenhos de Rua”, manual sobre os direitos da criança, BD), procurando-se também consolidar as competências adquiridas na fase anterior dando continuidade a actividades de educação não formal com recurso a expressões artísticas.

O blogue fará de elo de ligação entre a primeira e a segunda fase do projecto, continuando a servir de ‘diário de bordo’, mantendo viva a memória do caminho percorrido até ao momento e alimentando continuamente as redes de colaboração que se foram sendo tecidas e dinamizadas durante o percurso.

**1.9.3 SE O PROJECTO ESTIVER INTEGRADO NUM PROGRAMA MAIS VASTO, INDICAR AS MODALIDADES DESSA INTEGRAÇÃO OU DE QUE MODO É ASSEGURADA A COORDENAÇÃO COM ESSE PROGRAMA. ESPECIFICAR AS SINERGIAS POTENCIAIS COM OUTRAS INICIATIVAS.**

Não se aplica.

**1.9.4 METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO INTERNA/EXTERNA.**

As entidades responsáveis pelo projecto serão a ACEP, a ACRIDES (Cabo-Verde), a AMIC (Guiné-Bissau), a Fórum Comunicações e Juventude (Timor-Leste), a Fundação Novo Futuro (S. Tomé e Príncipe), a Meninos de Moçambique (Moçambique), a Okutiuka (Angola).

O acompanhamento do projecto será realizado por um técnico da ACEP e pela sua Direcção, seja através de contactos à distância de carácter regular (por e-mail e telefone), seja através de missões ao terreno.

Os princípios base do acompanhamento residem:

- na responsabilização e apoio mútuos,
- na transparência e diálogo permanentes,
- no aproveitamento das missões como oportunidades de auto-avaliação e auto-diagnóstico, de forma a permitir paragens para reflectir, analisar, decidir, alterar.

Trimestralmente serão feitos pontos de situação, partilhados entre todos os intervenientes, de forma a permitir introduzir os ajustamentos necessários e criar processos de aprendizagem em acção.

As avaliações intercalares terão uma natureza de tipo informal, aproveitando as missões da ACEP ao terreno.

Não se propõe avaliação externa formal, dados os montantes necessários para uma avaliação desse tipo numa acção que decorre em seis países. No entanto, em termos metodológicos, será:

- uma avaliação interna participada por todos os intervenientes,
- realizada com a colaboração de facilitadores, externos ao projecto.

Em termos de conteúdo, pretenderá:

- ser um processo de aprendizagem com a experiência,



- ser sistematizada para influir no trabalho futuro das organizações envolvidas, já que se trata de actividades que vão ter continuidade na vida das organizações,
- averiguar da adequação das inovações introduzidas e da reacção a elas por parte dos beneficiários directos e dos grupos alvo,
- identificar os resultados e impactos não previstos.

**1.9.5 DESCRIÇÃO DO PAPEL E DAS MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS INTERVENIENTES NO PROJECTO (PARCEIROS LOCAIS, GRUPOS-ALVO, ENTIDADES LOCAIS, ETC.), JUSTIFICANDO A REPARTIÇÃO DOS PAPÉIS PRECONIZADA.**

As responsabilidades da ACEP prendem-se com:

- articulação com a CPLP enquanto entidade financiadora do projecto, elaboração final de relatórios e de prestação de contas
- apoio na preparação das actividades a decorrer em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste, bem como o seu seguimento
- apoio na selecção de colaboradores em domínios diversos
- participação directa em algumas actividades como estudo e conferência
- criação de contactos e oportunidades de diálogo com outras instituições internacionais e nacionais

As responsabilidades da AMIC, Fundação Novo Futuro, Okutiuka, Forum Comunicações e Juventude, Meninos de Moçambique e ACRIDES são:

- organização e preparação de todas as actividades locais do projecto
- recolha e organização de toda a informação necessária ao acompanhamento do projecto por parte dos financiadores
- mobilização de todos os envolvidos nas actividades do projecto para a sua participação
- articulação e realização de todos os contactos com autoridades locais

**1.9.6 DESCRIÇÃO DA EQUIPA PROPOSTA PARA A EXECUÇÃO DA ACÇÃO (POR FUNÇÃO: NESTA RUBRICA NÃO É NECESSÁRIO INDICAR OS NOMES DAS PESSOAS EM QUESTÃO).**

Na sede:

- Coordenador da parceria e secretariado (em prestações pontuais)
- Designer gráfica
- Auditor

No terreno:

- Coordenadores de projecto (6, locais)
- Contabilistas (6, locais)
- Animadores (6, locais)
- Formador em ilustração (1, expatriado, em prestação pontual)
- Sociólogo para estudo (1, expatriado, em prestação pontual)

## 2.

### 2.1.1 PRINCIPAIS MEIOS DE EXECUÇÃO DO PROJECTO PROPOSTOS (EQUIPAMENTO, OUTROS RECURSOS MATERIAIS...)

Os equipamentos e recursos materiais necessários à execução do projecto incluem:

- materiais diversos necessários ao desenvolvimento das actividades do projecto, nomeadamente materiais didácticos, câmara fotográfica com função vídeo
- consumíveis de escritório
- computadores e ligação internet

### 2.2 DURAÇÃO E PLANO DE ACÇÃO

---

A duração do projecto será de 16 meses.

O plano de acção para o primeiro ano de execução deve conter uma descrição suficientemente pormenorizada das fases de preparação e de execução de cada actividade. Os planos de acção para cada um dos anos seguintes (dependendo da duração do projecto) podem ser mais genéricos, devendo apenas conter uma enumeração das principais actividades previstas para esses anos.

O plano de acção deve ser elaborado com base no seguinte modelo:

Ano 1 (12 meses)													
Actividade	Semestre 1						Semestre 2						Organismo de execução
	Mês 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<b>Actividade 1.1 -</b> Dinamização de ateliês de ilustração criativa e escrita <i>PREPARAÇÃO</i>													<i>ACEP/ACRIDES/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique</i>
<b>Actividade 1.1 -</b> Dinamização de ateliês de ilustração criativa e escrita <i>EXECUÇÃO</i>													<i>ACEP/ACRIDES/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique</i>
<b>Actividade 1.2 -</b> Elaboração de um manual pedagógico sobre direitos das crianças <i>PREPARAÇÃO</i>													<i>ACEP/ACRIDES/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique</i>

<b>Actividade 1.2 -</b> Elaboração de um manual pedagógico sobre direitos das crianças <i>EXECUÇÃO</i>														ACEP/ ACRIDES/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 1.3 -</b> Elaboração de pequenos vídeos e/ou exposições fotográficas sobre direitos das crianças <i>PREPARAÇÃO</i>														
<b>Actividade 1.3 -</b> Elaboração de pequenos vídeos e/ou exposições fotográficas sobre direitos das crianças <i>EXECUÇÃO</i>														
<b>Actividade 1.4 -</b> Elaboração de manual básico sobre direitos das crianças <i>PREPARAÇÃO</i>														ACEP/ ACRIDES/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 1.4 -</b> Elaboração de manual básico sobre direitos das crianças <i>EXECUÇÃO</i>														ACEP/ ACRIDES/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 1.5 -</b> Realização de actividades orientadas para o desenvolvimento psico-motor e cognitivo, a auto-confiança e a auto-estima das crianças e jovens através do recurso a formas de expressão artísticas <i>PREPARAÇÃO</i>														ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique

<b>Actividade 1.5 -</b> Realização de actividades orientadas para o desenvolvimento psico-motor e cognitivo, a auto-confiança e a auto-estima das crianças e jovens através do recurso a formas de expressão artísticas <b>EXECUÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.1 -</b> Realização de um programa de debates e workshops de formação <b>PREPARAÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.1 -</b> Realização de um programa de debates e workshops de formação <b>EXECUÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.2 -</b> Realização de sessões de trabalho com autoridades do Estado, autoridades tradicionais e religiosas <b>PREPARAÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.2</b> Realização de sessões de trabalho com autoridades do Estado, autoridades tradicionais e religiosas <b>EXECUÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.3 -</b> Realização de um programa de comunicação sobre os direitos das crianças <b>PREPARAÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2.3</b> Realização de um programa de comunicação sobre os direitos das crianças <b>EXECUÇÃO</b>												ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique



Ano 2 (4 meses)							
Actividade	Semestre 1						Organismo de execução
	1º	2	3	4	5	6	
<b>Actividade 1 -</b> Elaboração de um conjunto de instrumentos pedagógicos de informação, formação e sensibilização, com a participação das crianças e jovens <b>PREPARAÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 1 -</b> Elaboração de um conjunto de instrumentos pedagógicos de informação, formação e sensibilização, com a participação das crianças e jovens <b>EXECUÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2 -</b> Realização de programa de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens <b>PREPARAÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 2 -</b> Realização de programa de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens <b>EXECUÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 3 –</b> Reforço das organizações através da partilha de sistematização de experiência e do trabalho em rede <b>PREPARAÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique
<b>Actividade 3 –</b> Reforço das organizações através da partilha de sistematização de experiência e do trabalho em rede <b>EXECUÇÃO</b>							ACEP/ ACRIDES/ AMIC/ OKUTIUKA/ Fundação Novo Futuro/ Fórum Comunicações e Juventude/ Meninos de Moçambique

### **3. RESULTADOS ESPERADOS**

#### **3.1 ESTIMATIVA DO IMPACTO NOS GRUPOS-ALVO/BENEFICIÁRIOS**

---

##### **3.1.1 UMA MELHORIA DA SITUAÇÃO DOS GRUPOS-ALVO/BENEFICIÁRIOS**

Consideramos que o projecto terá os seguintes impactos:

- nas organizações que o desenvolvem: novas pistas de actividades, novas abordagens, reforço da sua capacidade de intervenção, de aceder a recursos, a parceiros, a informação e conhecimento;
- nos jovens e crianças participantes: aumento da auto-confiança e auto-estima, uma sociabilidade mais equilibrada, capacidades acrescidas de expressão, de afirmação das suas escolhas e de participação. Este tipo de competências e capacidades tem reflexos no seu desempenho nas diversas dimensões da vida, nomeadamente, escolar, social, familiar e laboral.
- na sociedade, no ambiente social, cultural, político e económico envolvente e que tem possibilidade de influenciar positiva ou negativamente o futuro das crianças e jovens – escola, autoridades locais, justiça, autoridades religiosas, autoridades tradicionais, mas também fazedores de opinião, responsáveis políticos e outras instituições da sociedade como por exemplo empresas, na área da responsabilidade social.

Finalmente, a divulgação nos vários países envolvidos, dos materiais produzidos, das iniciativas do projecto e das actividades dos jovens e crianças, bem como da conferência final que irá juntar actores da área da infância de todos os países da CPLP, poderão ter um impacto positivo na opinião pública, contribuindo para reforçar o debate em torno dos direitos das crianças.

##### **3.1.2 O REFORÇO DAS CAPACIDADES TÉCNICAS E DE GESTÃO DOS GRUPOS-ALVO**

Em particular, os impactos nas capacidades técnicas e de gestão das organizações participantes serão garantidos através de:

- conhecimento de novas técnicas e novas abordagens a este tipo de trabalho noutros países
- responsabilização directa efectiva pelo desenrolar do projecto, já que ele não irá incluir assistência técnica exterior regular, mas unicamente em momentos pontuais e com objectivos específicos.

#### **3.2 RESULTADOS CONCRETOS**

---

Em termos objectivamente verificáveis, sintetizam-se os **resultados** da seguinte forma:

- Realizados 3 ateliês de ilustração criativa com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, em Cabo-Verde, Moçambique e Timor
- Elaborado e distribuído 1 Manual pedagógico ilustrado sobre os direitos das crianças em Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste

- Elaborados e divulgados 5 Manuais básicos sobre direitos das crianças sistematizando legislação aplicável em cada país (Angola, Cabo-Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste)
- Realizados e divulgados 12 vídeos sobre direitos das crianças
- Realizadas 6 exposições fotográficas sobre direitos das crianças
- Realizados 120 debates/workshops com professores, educadores, animadores, nos seis países envolvidos, com os instrumentos pedagógicos criados na 1ª e na 2ª fase do projecto
- Realizadas 60 acções de sensibilização com públicos estratégicos (jornalistas, parlamentares, autoridades do Estado, autoridades tradicionais, autoridades religiosas), nos seis países envolvidos, com os instrumentos pedagógicos criados na 1ª e na 2ª fase do projecto
- Realizadas pelo menos 21 reportagens sobre o projecto na comunicação social em cada país envolvido
- Realizados pelo menos 1 fórum semestral de crianças e jovens em cada país
- Elaborado e divulgado 1 estudo comparativo sobre modelos de intervenção no apoio a crianças em situações de vulnerabilidade em Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste
- Realizado 1 conferência final de intercâmbio e partilha de boas práticas com participantes da sociedade civil e autoridades de todos os países envolvidos na 1ª e 2ª fase do projecto
- Dinamizado 1 blogue por todos os parceiros do projecto, com actualizações semanais sobre as actividades do projecto
- Envolvidas 500 crianças e jovens nas diversas actividades do projecto

### **3.3 SUSTENTABILIDADE**

---

#### **3.3.1 FINANCEIRA (COMO SERÃO FINANCIADAS AS ACTIVIDADES APÓS O TERMO DO FINANCIAMENTO CPLP)**

As actividades desenvolvidas no quadro do projecto são sobretudo actividades de transmissão de novas técnicas e abordagens e de construção de materiais pedagógicos, pelo que não envolvem custos posteriores à finalização do projecto.

#### **3.3.2 INSTITUCIONAL (AS ESTRUTURAS QUE PERMITEM A EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES CONTINUARÃO A EXISTIR UMA VEZ CONCLUÍDA A ACÇÃO? HAVERÁ UMA “APROPRIAÇÃO” LOCAL DOS RESULTADOS DO PROJECTO?)**

A visão que preside ao trabalho de cooperação para o desenvolvimento da ACEP centra-se no princípio de que um projecto de desenvolvimento deve ser resultado de dinâmicas e sinergias de grupos diferentes e que as instituições externas não devem substituir mas sim reforçar e constituírem-se como elementos facilitadores.

Por essa razão, desde que iniciou a sua actividade de cooperação para o desenvolvimento, há cerca de 13 anos, a ACEP nunca executou directamente um projecto, nunca colocou um assistente técnico expatriado permanente num projecto e sempre trabalhou em parceria com as organizações locais, de forma a contribuir para o seu reforço, responsabilização e geração de auto-confiança e auto-estima.

Assim, também neste caso a metodologia irá incluir a participação de todos os intervenientes a diversos níveis, como se pode verificar nas actividades propostas – a começar pelas próprias crianças, que serão os reais protagonistas das ferramentas de sensibilização a construir.

A escolha de actividades, partindo de duas realidades diferentes, foi também assente numa participação directa das organizações envolvidas, de forma a encontrar critérios, definir prioridades e actividades que correspondessem às diferentes expectativas e aos meios limitados disponíveis.



A realização de algumas actividades de aprendizagem conjunta (como é o caso dos intercâmbios ou do estudo sobre as estratégias das ONGs) sem recurso a consultores externos é também uma forma de promover a responsabilização e aprendizagem.

Esta é uma escolha que, em termos de avaliação final, se poderia dizer que é uma metodologia que privilegia o processo relativamente aos produtos, privilegia os impactos de longo prazo em relação aos resultados imediatos e, finalmente, privilegia o factor tempo necessário, relativamente a ritmos induzidos do exterior.

Será esta a abordagem que permitirá também facilitar um quadro de sustentabilidade futura, a partir de uma real apropriação local, a todos os níveis.

### **3.3.3 POLÍTICA, SE FOR CASO DISSO (QUAL SERÁ O IMPACTO ESTRUTURAL DO PROJECTO - A ACÇÃO, POR EXEMPLO, CONDUZIRÁ A UMA MELHORIA DA LEGISLAÇÃO, DOS CÓDIGOS DE CONDUTA, DOS MÉTODOS, ETC.?)**

O projecto inclui um conjunto de actividades de sensibilização, dirigidas para autoridades locais, tanto públicas como outras - como sejam as autoridades religiosas – com o intuito de maior atenção à problemática da protecção à criança, embora tendo em conta que existem condições diferentes de país para país. Por exemplo, na Guiné-Bissau é possível prever uma maior atenção ao enquadramento legal que pune o tráfico de crianças.

## **3.4 EFEITOS MULTIPLICADORES**

---

O projecto visa nomeadamente multiplicar os efeitos da fase anterior, baseando algumas das suas actividades em materiais pedagógicos que foram realizados nessa fase e alargando o seu contexto de utilização dentro do país/região (Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe).

Por outro lado, o projecto procura replicar as abordagens inovadoras testadas na 1ª fase a outros contextos dentro da CPLP, produzindo um novo conjunto de materiais pedagógicos que serão passíveis de serem também utilizados, posteriormente, nas outras regiões dos países envolvidos (Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste).

Pretende-se que cada uma das organizações participantes disponha no final do projecto de competências técnicas e recursos pedagógicos que lhes permitam desenvolver um trabalho de maior amplitude e de passagem a outras organizações que intervêm na mesma área. Assim, os materiais pedagógicos serão produzidos em quantidade suficiente para divulgação e utilização noutras situações.

Também o trabalho realizado com outras instituições ao longo do projecto - em particular com professores e escolas - garante que o projecto não fica confinado às organizações participantes nem ao momento da sua realização. Os professores que tiverem contacto com o projecto e com os seus materiais pedagógicos ficarão com recursos para utilização na sua vida profissional com os alunos.

De igual forma, procurar-se-á sensibilizar outros profissionais que, devido à sua profissão, poderão contribuir para dar mais visibilidade ao projecto, multiplicando os seus impactos – como é o caso de jornalistas (da imprensa escrita, rádio ou TV).



## QUADRO LÓGICO DO PROJECTO

	<b>Lógica de Intervenção</b>	<b>Indicadores objectivamente Verificáveis</b>	<b>Fontes e meios de Verificação</b>	<b>Hipóteses</b>
<b>Objectivos gerais</b>	<p><i>Quais são os objectivos gerais contemplados pela acção?</i></p> <p>Melhorar as condições de inserção social e económica das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão, dando-lhes voz nas actividades de sensibilização que visam a co-responsabilização da sociedade e reforçando as organizações que com eles trabalham.</p>	<p><i>Quais são os indicadores-chave associados a esses objectivos gerais ?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- N° de maus-tratos e abusos para com as crianças e jovens de/na rua</li> <li>- N° de crianças isoladas das famílias e sem redes de apoio</li> <li>- N° de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão apoiadas e acompanhadas por organizações</li> </ul>	<p><i>Quais são as fontes de informação referentes a esses indicadores?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios nacionais e internacionais sobre a infância e juventude</li> <li>- Entrevistas com responsáveis no sector da infância</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento e implementação de políticas estratégicas, de âmbito nacional para responder às situações de exclusão e pobreza infantil</li> <li>- Priorização dos sectores sociais fundamentais para o bem-estar das crianças e a sua inserção social, como a saúde e educação</li> </ul>
<b>Objectivo específico</b>	<p><i>Que objectivo específico deve ser definido para que a acção prevista contribua para os objectivos globais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Contribuir para reforçar a auto-estima e auto-confiança das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão, com a sua participação directa nos processos de sensibilização sobre os direitos das crianças/jovens e na construção de instrumentos</li> </ul>	<p><i>Que indicadores demonstram claramente que o objectivo da acção foi concretizado?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- N° de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão que procuram as actividades propostas pelas organizações que as apoiam</li> <li>- N° de crianças e jovens em</li> </ul>	<p><i>Quais as fontes de informação existentes e susceptíveis de ser compiladas? Que métodos permitirão obter essas informações?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios nacionais e internacionais sobre infância e juventude</li> </ul>	<p><i>Que factores e condições, excluindo a responsabilidade do beneficiário da acção, serão necessários para atingir este objectivo (condições externas)? Quais são os riscos a considerar?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabilidade político-militar e social e ausência de outro tipo de factores fortemente desestabilizadores das instituições</li> </ul>

	<p>pedagógicos adequados;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Reforçar as capacidades humanas e institucionais das organizações da sociedade civil envolvidas no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/ exclusão;</li> <li>– Contribuir para a criação de uma consciência de co-responsabilização de toda a sociedade relativamente à protecção das crianças e jovens e defesa dos seus direitos;</li> <li>– Favorecer a criação/consolidação de redes informais de intercâmbio e disseminação de boas práticas no apoio às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/exclusão dentro de cada país e entre os países participantes no projecto.</li> </ul>	<p>situação de vulnerabilidade/ exclusão reintegradas nas suas famílias</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade/ exclusão inseridas no sistema de ensino e com apoio à saúde</li> <li>- Nº e diversidade de iniciativas dedicadas aos direitos das crianças/jovens e com a sua participação</li> <li>- Nº e diversidade de redes informais de apoio às crianças e jovens</li> <li>- Nº e diversidade dos actores envolvidos nas redes informais de apoio às crianças e jovens</li> </ul>	<p>- Entrevistas com responsáveis no sector da infância</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio das entidades nacionais e internacionais ao trabalho na área da infância, nomeadamente nas situações de exclusão das crianças e jovens</li> <li>- Reforço do espaço dedicado a estas questões nos media.</li> </ul>
<p><b>Resultados esperados</b></p>	<p><i>Os resultados consistem nas realizações que permitem a consecução do objectivo específico. Quais são os resultados esperados ? (Enumere)</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizados 3 ateliês de ilustração criativa com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, em Cabo-Verde, Moçambique e Timor</li> </ol>	<p><i>Que indicadores permitem verificar ou determinar se a acção atingiu os resultados esperados?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº de ateliês de ilustração criativa realizados;</li> <li>- Nº de crianças e jovens envolvidos nos ateliês;</li> </ul>	<p><i>Quais são as fontes de informação referentes a esses indicadores?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios do projecto</li> <li>- Relatórios dos parceiros</li> <li>- Observação participante</li> <li>- Entrevistas com grupos-alvo e</li> </ul>	<p><i>Que condições externas devem existir para realizar os objectivos esperados no tempo previsto?</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Abertura e participação de agentes chave, nomeadamente entidades públicas, ONG, media, etc.</li> </ul>

	<p>2. Elaborado e distribuído 1 Manual pedagógico ilustrado sobre os direitos das crianças em Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste</p> <p>3. Elaborados e divulgados 5 Manuais básicos sobre direitos das crianças sistematizando legislação aplicável em cada país (Angola, Cabo-Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste)</p> <p>4. Realizados e divulgados 12 pequenos vídeos e 6 exposições fotográficas sobre direitos das crianças</p> <p>5. Realizados 120 debates/workshops com professores, educadores, animadores, nos seis países envolvidos, com os instrumentos pedagógicos criados na 1ª e na 2ª fase do projecto</p> <p>6. Realizadas 60 acções de sensibilização com públicos estratégicos (jornalistas, parlamentares, autoridades do Estado, autoridades tradicionais, autoridades religiosas), nos seis países envolvidos, com os instrumentos pedagógicos criados na 1ª e na 2ª fase do projecto</p> <p>7. Realizadas pelo menos 21 reportagens sobre o projecto na comunicação social em cada país envolvido</p> <p>8. Realizados pelo menos 1 fórum semestral de crianças e jovens em cada país</p>	<p>- Nº e diversidade de materiais pedagógicos criados e distribuídos;</p> <p>- Nº de debates e workshops realizados;</p> <p>- Nº de professores, educadores, animadores envolvidos;</p> <p>- Nº de sessões de sensibilização realizadas;</p> <p>- Nº de jornalistas, parlamentares e autoridades envolvidas;</p> <p>- Nº de reportagens realizadas sobre as actividades do projecto;</p> <p>- Nº de fóruns com crianças e jovens realizados e nº de participantes;</p> <p>- Nº de sessões de animação cultural realizadas;</p> <p>- Nº e qualidade de estudos realizados;</p> <p>- Nº de participantes na conferência final;</p> <p>- Nº de posts, comentários e visitas no blogue;</p> <p>- Nº de crianças e jovens envolvidos em todas as actividades do projecto</p>	<p>outras pessoas recurso</p> <p>- Blogue do projecto</p>	<p>- Ausência de factores graves de desestabilização social e política nos países</p> <p>- Priorização do sector da infância e juventude por parte de entidades nacionais que contribuam para mobilizar recursos</p>
--	--	--	---	--

	<p>9. Elaborado e divulgado 1 estudo comparativo sobre modelos de intervenção no apoio a crianças em situações de vulnerabilidade em Cabo-Verde, Moçambique, Timor-Leste</p> <p>10. Realizado 1 conferência final de intercâmbio e partilha de boas práticas com participantes da sociedade civil e autoridades de todos os países envolvidos na 1ª e 2ª fase do projecto</p> <p>11. Dinamizado 1 blogue por todos os parceiros do projecto, com actualizações semanais sobre as actividades do projecto</p> <p>12. Envolvidas 500 crianças e jovens nas diversas actividades do projecto</p>			
<p><b>Actividades a desenvolver</b></p>	<p><i>Quais são as actividades principais a desenvolver, por que ordem, para produzir os resultados esperados? (Ordenar as actividades por resultados)</i></p> <p><b>Actividade 1</b> - Elaboração de um conjunto de instrumentos de informação, formação e sensibilização, nomeadamente com a participação das crianças e jovens.</p>	<p><b>Meios:</b> <i>Que meios são necessários para executar as actividades, por exemplo, pessoal, material, formação, estudos, fornecimentos, instalações operacionais, etc.?</i></p> <p>Pessoal, viagens internacionais e nacionais, ajudas de custo, material didáctico, formação, material de escritório.</p> <p>Pessoal, viagens nacionais,</p>	<p><i>Quais são as fontes de informação sobre a execução do projecto?</i></p> <p>Em cada um dos países, as organizações parceiras reunirão as informações necessárias à elaboração de pontos de situação intermédios regulares e do relatório final de execução de actividades e financeira do projecto. A ACEP será responsável pela compilação de todos os dados de execução do</p>	<p><i>Que condições prévias devem existir antes do início da acção? Que condições não directamente dependentes do beneficiário devem existir para a execução das actividades previstas?</i></p> <p>- Capacidade de envolvimento de todos os agentes chave para a participação nas actividades</p> <p>- Capacidade de mobilização por parte dos parceiros do projecto</p>

	<p><b>Actividade 2</b> - Realização de programa de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens.</p> <p><b>Actividade 3</b> – Reforço das organizações através da partilha de sistematização de experiencia e do trabalho em rede.</p>	<p>material didáctico, material de escritório, comunicações.</p> <p>Pessoal, viagens internacionais e nacionais, ajudas de custo, instalações, material de escritório, comunicações.</p>	<p>projecto.</p> <p><b>Custos</b>  <i>Quais são os custos do projecto?</i>  <i>De que natureza? (pormenores no orçamento da acção em anexo)</i></p> <p>Recursos Humanos: €60.240  Ajudas de custo: €22.190  Viagens. €25.650  Equipamentos e fornecimentos: €9.900  Escritório local: €13.320  Outros custos e serviços: €27.000  Outros: €15.000</p>	<p>- Identificação e trabalho com pessoas recurso na área da protecção à infância e o seu envolvimento de forma contínua nas actividades do projecto</p> <p>- Boa capacidade de gestão dos recursos humanos, financeiros, relacionais, etc.</p>
--	---	--	---	---

#### **4. ORÇAMENTO DO PROJECTO**

---



## Orçamento da Acção<sup>1</sup>

Despesas	Todos os anos				Ano 1 <sup>2</sup>			
	Unidade	# de unidades	Custo unitário (em EUR)	Custos (em EUR) <sup>3</sup>	Unidade	# de unidades	Custo unitário (em EUR)	Custos (em EUR) <sup>3</sup>
<b>1. Recursos Humanos</b>								
<b>1.1 Salários (montantes brutos, pessoal local)<sup>4</sup></b>								
1.1.1 Pessoal técnico								
1.1.1.1 Coordenação geral (ACEP)	Por mês	16	600 €	9.600 €	Por mês	12	600 €	7.200 €
1.1.1.2 Coordenação local (CV, M, T)	Por mês	16	1.500 €	24.000 €	Por mês	12	1.500 €	18.000 €
1.1.1.2 Coordenação local (AO, GB, STP)	Por mês	16	450 €	7.200 €	Por mês	12	450 €	5.400 €
1.1.1.6 Animadores (CV, M, T)	Por mês	16	600 €	9.600 €	Por mês	12	600 €	7.200 €
1.1.1.7 Animadores (AO, GB, STP)	Por mês	16	240 €	3.840 €	Por mês	12	240 €	2.880 €
1.1.2 Pessoal administrativo e de apoio								
1.1.2.1 Contabilidade e administração (CV, M, T)	Por mês	3	1.500 €	4.500 €	Por mês	2	1.500 €	3.000 €
1.1.2.1 Contabilidade e administração (AO, GB, STP)	Por mês	1	1.500 €	1.500 €	Por mês	0,5	1.500 €	750 €
<b>1.2 Salários (montantes brutos, pessoal expatriado/internacional)</b>		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
<b>1.3 Ajudas de custo para deslocações em serviço/viagens<sup>5</sup></b>								
1.3.1 Ao estrangeiro (pessoal afecto à acção)								
1.3.1.1 Estadias de acompanhamento (2 viag: CV, M, T)	Por dia	42	140 €	5.880 €	Por dia	21	140 €	2.940 €
1.3.1.2 Estadia de Formador em Artes (CV, M, T)	Por dia	63	140 €	8.820 €	Por dia	63	140 €	8.820 €
1.3.1.3 Estadia de sociólogo Estudo (CV, M, T)	Por dia	21	140 €	2.940 €	Por dia	21	140 €	2.940 €
1.3.2 Locais (pessoal afecto à acção)		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
1.3.3 Participantes em seminários/conferências								
1.3.3.1 participantes conferencia final (7 px * 5 dias)	Por dia	35	130 €	4.550 €	Por dia	0	130 €	0 €
<b>Subtotal Recursos Humanos</b>				<b>82.430 €</b>				<b>59.130 €</b>
<b>2. Viagens<sup>6</sup></b>								
<b>2.1 Viagens internacionais</b>								
2.1.1 Viagens de acompanhamento (2 viag: CV, M, T)	Por voo	6	1.350 €	8.100 €	Por voo	3	1.350 €	4.050 €
2.1.2 Viagem Formador em Artes (CV, M, T)	Por voo	3	1.350 €	4.050 €	Por voo	3	1.350 €	4.050 €

2.1.3 Viagem sociologo Estudo (CV, M, T)	Por voo	3	1.350 €	4.050 €	Por voo	3	1.350 €	4.050 €
2.1.3 Viagem conferência final	Por voo	7	1.350 €	9.450 €	Por voo	0	1.350 €	0 €
2.2 Transporte local	Por mês	0	0 €	0 €	Por mês	0	0 €	0 €
<b>Subtotal Viagens</b>				<b>25.650 €</b>				<b>12.150 €</b>
<b>3. Equipamentos e fornecimentos<sup>7</sup></b>								
3.1 Compra ou aluguer de veículos		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
3.2 Mobiliário, equipamentos informáticos		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
3.3 Peças sobresselentes/material para máquinas, ferramentas		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
3.4 Outros (especificar)								
3.4.1 Materiais didácticos diversos para as actividades (CV, M, T)	Por mês	16	300 €	4.800 €	Por mês	12	300 €	3.600 €
3.4.2 Materiais didácticos diversos para as actividades (AO, GB, STP)	Por mês	16	150 €	2.400 €	Por mês	12	150 €	1.800 €
3.4.3 Máquinas fotográficas (3 por país; 6 países)	Por unidade	18	150 €	2.700 €	Por unidade	18	150 €	2.700 €
<b>Subtotal Equipamentos e fornecimentos</b>				<b>9.900 €</b>				<b>8.100 €</b>
<b>4. Escritório local</b>								
4.1 Custos do(s) veículo(s) e manutenção								
4.1.1 Custos do(s) veículo(s) e manutenção (CV, M, T)	Por mês	16	210 €	3.360 €	Por mês	12	210 €	2.520 €
4.1.2 Custos do(s) veículo(s) e manutenção (AO, GB, STP)	Por mês	16	150 €	2.400 €	Por mês	12	150 €	1.800 €
4.2 Arrendamento de escritórios		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
4.3 Consumíveis-material de escritório								
4.3.1 Consumíveis-material de escritório (CV, M, T)	Por trimestre	5	210 €	1.050 €	Por trimestre	4	210 €	840 €
4.3.2 Consumíveis-material de escritório (AO, GB, STP)	Por trimestre	5	150 €	750 €	Por trimestre	4	150 €	600 €
4.4 Outros serviços (tel./fax, electricidade/aquecimento, manutenção)	Por mês				Por mês			
4.4.1 Outros serviços (tel./fax, electric./aquecimento, manutenção) (CV, M, T)	Por mês	16	210 €	3.360 €	Por mês	12	210 €	2.520 €
4.4.2 Outros serviços (tel./fax, electric./aquecimento, manutenção) (AO, GB, STP)	Por mês	16	150 €	2.400 €	Por mês	12	150 €	1.800 €
<b>Subtotal escritório local</b>				<b>13.320 €</b>				<b>10.080 €</b>
<b>5. Outros custos, serviços<sup>8</sup></b>								
5.1 Publicações <sup>9</sup>								
5.1.1 Impressão livro	Por unidade	1	11.000 €	11.000 €	Por unidade	1	11.000 €	11.000 €

5.1.2.Exposições Fotográficas	Por foto/suporte	600	5 €	3.000 €	Por foto/suporte	300	5 €	1.500 €
<b>5.2 Estudos, investigação<sup>9</sup></b>								
5.2.1 Reprodução estudo e manual em CD	Por unidade	1000	3 €	2.500 €	Por unidade	0	3 €	0 €
5.3 Custos de auditoria	Por unidade	1	2.000 €	2.000 €	Por unidade	0	2.000 €	2.000 €
5.4 Custos de avaliação		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
5.5 Tradução, interpretação		0	0 €	0 €		0	0 €	0 €
5.6 Serviços financeiros (custos de garantia bancária, etc.)	Por trimestre	5	400 €	2.000 €	Por trimestre	4	400 €	1.600 €
5.7 Custos de conferências/seminários <sup>9</sup>	Por dia	2	700 €	1.400 €	Por dia	0	600 €	0 €
5.8 Acções de visibilidade	Por unidade	1	1.200 €	1.200 €	Por unidade	0	1.200 €	0 €
5.9 Custos com transporte e alfândega Livros para CV, M, T	Por unidade	3	1.300 €	3.900 €	Por unidade	3	1.300 €	3.900 €
<b>Subtotal Outros Custos/Serviços</b>				<b>27.000 €</b>				<b>20.000 €</b>
<b>6. Outros</b>								
6.1 Prestação de serviços de formação (Formador expatriado)	Por unidade	1	6.000 €	6.000 €	Por unidade	1	6.000 €	6.000 €
6.2 Prestação de serviços de criação gráfica	Por unidade	1	4.500 €	4.500 €	Por unidade	0,5	4.500 €	2.250 €
6.3 Prestação de serviços estudo	Por unidade	1	4.500 €	4.500 €	Por unidade	1	4.500 €	4.500 €
6.4 Custos com formação - Alimentação	Por unidade	0	0 €	0 €	Por unidade	0	0 €	0 €
6.5 Custos de Formação Profissional	Por unidade	0	0 €	0 €	Por unidade	0	0 €	0 €
6.6 Seguros do pessoal afecto ao projecto	Por unidade	0	0 €	0 €	Por unidade	0	0 €	0 €
<b>Subtotal outros</b>				<b>15.000 €</b>				<b>12.750 €</b>
<b>7. Subtotal custos directos da acção (1.-6.)</b>				<b>173.300 €</b>				<b>122.210 €</b>
8. Custos administrativos (máximo 7% do ponto 7, total dos custos elegíveis directos da acção)				<b>12.131 €</b>				<b>4.277 €</b>
<b>9. Total de custos elegíveis da acção (7.+ 8.)</b>				<b>185.431 €</b>				<b>126.487 €</b>
10. Provisão para imprevistos (máximo 5% do ponto 9 dos custos elegíveis directos da acção)				<b>5.000 €</b>				<b>0 €</b>
<b>11. Custo total (9.+ 10.)</b>				<b>190.431 €</b>				<b>126.487 €</b>

1. O orçamento deve cobrir todos os custos elegíveis da acção e não exclusivamente a contribuição da Entidade Adjudicante. As rubricas devem ser apresentadas em pormenor e ser repartidas por todas as suas componentes. Deve ser precisado o número exacto de itens por componente.

2. Esta parte deve ser preenchida se o período de execução da acção for superior a 12 meses.

3. Se a Entidade Adjudicante não for a Comissão Europeia, o orçamento pode ser apresentado em euros ou na moeda do país dessa Entidade. Os custos e unidades devem ser arredondados para o cêntimo mais próximo.

4. Se o pessoal não for afectado a tempo inteiro à acção, a percentagem deve ser indicada junto à descrição do item e traduzida em número de unidades (e não no custo unitário).
5. Indicar em que países são gastas as ajudas de custo assim como as tarifas aplicáveis (não devem exceder as tabelas publicadas pela Comissão na data da assinatura do contrato). As ajudas de custo diárias cobrem o alojamento, a alimentação, os transportes locais e as despesas miúdas.
6. Indicar as localidades de saída e de destino.
7. Custos de compra e de aluguer.
8. Apresentar em pormenor. Não serão aceites valores fixos.
9. Indicar unicamente no caso de subadjudicação total.

Nota importante: O beneficiário assume plena responsabilidade pela exactidão dos dados financeiros constantes do presente orçamento.

## II. CANDIDATO

### 1. Identidade

<b>Identificação oficial:</b>	Associação Para a Cooperação Entre os Povos
<b>Acrónimo:</b>	ACEP
<b>Ficha de identificação jurídica na CPLP<sup>3</sup></b>	N/A
<b>Nacionalidade:</b>	Portuguesa
<b>Estatuto jurídico</b>	Associação Sem Fins Lucrativos
<b>Sede:</b>	Av. Santos Dumond, N°57, 4°Esq, 1050-202 Lisboa
<b>Endereço postal:</b>	Av. Santos Dumond, N°57, 4°Esq, 1050-202 Lisboa
<b>Número de telefone:</b> Indicativo do país+indicativo da localidade + número	00351-217950175
<b>Número de fax:</b> Indicativo do país+indicativo da localidade + número	00351-217950176
<b>Endereço do correio electrónico da organização:</b>	acep@acep.pt
<b>Sítio Internet da organização:</b>	www.acep.pt
<b>Pessoa de contacto para a acção:</b>	Fátima Proença
<b>Endereço de correio electrónico da pessoa de contacto:</b>	fatima@acep.pt

**As alterações de endereço, número de telefone ou de fax e, em especial do endereço electrónico (*e-mail*) devem ser notificados, por escrito, ao Secretariado Executivo da CPLP.**

### 2. Dados bancários

Antes do início das actividades, a entidade executora deve fornecer uma ficha de identificação bancária certificada pelo banco previsto para depósito dos pagamentos.

---

<sup>3</sup> Se o candidato tiver anteriormente celebrado um contrato com o Secretariado Executivo da CPLP.

**(Apenas a preencher para acções a apresentar por Observadores Consultivos)**

### **3. Descrição do candidato**

#### **3.1 Data da criação da organização e data do início das actividades**

---

#### **3.2 Principais actividades actuais da organização**

---

#### **3.3 Lista dos membros do conselho de administração/comité de direcção da organização.**

---

Nome	Profissão	Nacionalidade	Função	Tempo de serviço (anos) no conselho de administração/comité de direcção

### **4. Capacidade de gestão e de execução das acções**

#### **4.1 Experiência em acções idênticas**

---

1 página no máximo por acção. Descrição pormenorizada de pelo menos uma acção cuja gestão foi assegurada pela organização nos últimos três anos nos domínios do projecto proposto. Indicar os seguintes aspectos:

- 4.1.1 Objecto e localização do projecto
- 4.1.2 Os resultados obtidos com a acção
- 4.1.3 Descrição breve das actividades realizadas
- 4.1.4 Os custos do projecto
- 4.1.5 Contribuição de outros dadores (nome, montante da contribuição)

Estas informações destinam-se a avaliar se a organização candidata possui experiência e estabilidade suficientes no domínio da gestão de acções de dimensão comparável à que se candidatam implementar.

## 4.2 Recursos

---

2 páginas no máximo. Descrição dos vários recursos à disposição da organização candidata, nomeadamente:

4.2.1 O rendimento anual auferido nos últimos três anos

4.2.2 Dados financeiros: apresentar as informações no quadro infra com base nas contas de gestão e no balanço do último exercício encerrado da organização proponente.

Ano	Volume de negócios ou equivalente	Rendimento líquido ou equivalente	Orçamento ou saldo total do balanço	Percentagem de participação	Dívidas a médio e longo prazo	Dívidas a curto prazo (< 1 ano)
N						
N-1						
N-2						

Eventuais garantias prestadas por terceiros:

- Outros factores que demonstrem a viabilidade financeira, bem como eventuais riscos ou incertezas associados à execução.